

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ - 2012

Aos sete dias do mês de Janeiro de dois mil e doze, pelas nove horas, no Auditório da Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 54.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/02, de 11 de Janeiro, presidida pelo Senhor Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários Manuel Adolfo da Rocha Veiga e Costa e Domitila de Fátima Morais Branco, respectivamente.

Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada dos senhores Deputados Municipais verificando-se as ausências dos Deputados José Firmino Brunhoso Cordeiro; Jonathan Ramos Pacheco; Carlos Manuel Reboredo Almendra; Adolfo Manuel Videira; José Joaquim Reboredo Almendra.

Justificou a falta no prazo legalmente estabelecido, o Deputado José Firmino Brunhoso Cordeiro.

Não justificaram a falta no prazo legalmente estabelecido, os Deputados Jonathan Ramos Pacheco; Carlos Manuel Reboredo Almendra; Adolfo Manuel Videira; José Joaquim Reboredo Almendra.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que, a pedido da Senhora Presidente da Câmara, iriam estar presentes os Senhores Vítor Raposo e César Raposo, os representantes da empresa que concorreram para a aquisição e exploração da Empresa Municipal AlfândegaTur e do Hotel & SPA de Alfândega da Fé, com o objectivo de se apresentarem aos Deputados e explicarem quais são as intenções de exploração deste empreendimento turístico.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e iniciou a sua intervenção acrescentando que além dos senhores Vítor Raposo e César Raposo, também iria estar presente o Dr. Fonseca Ribeiro para falar sobre a reformulação do Plano de Saneamento Financeiro.

De seguida, usou da palavra o Senhor César Raposo explicando aos Senhores Deputados, que a sua empresa tem como experiência na área hoteleira, a exploração do Hotel Alcazar, situado em Monte Gordo. Informou, ainda, que é um Hotel de três estrelas, com cento e vinte quartos, e que a sua exploração já tem catorze anos e que, ultimamente, ganhou alguns prémios, entre os quais o "PME Excelência", ganho em dois anos seguidos e o "PME Líder". Acrescentou ainda que a taxa de ocupação rondava os setenta por cento.

Continuou, dizendo que, em relação ao Hotel & SPA, durante o ano de dois mil onze, a gestão e a administração do Hotel, foram acompanhadas, e foi feito um estudo para saber o grau de satisfação dos clientes, através do qual chegaram à conclusão que o grau de satisfação dos clientes era muito diminuta. Explicou, depois, que o objectivo é ampliar o Hotel, com a construção de mais quartos, e referiu que há necessidade de construir um pavilhão multiusos, pois quando existe um evento, os quartos só podem ser usados pelos clientes desse evento.

Seguidamente, o Senhor Vítor Raposo usou da palavra e informou os Senhores Deputados que são naturais de Miranda do Douro, e que nos últimos quinze anos têm vindo a participar em capitais sociais de empresas em dificuldades financeiras, pelo que já têm alguma experiência.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Continuou a sua intervenção, apresentando o Projecto para o Hotel & SPA de Alfândega da Fé, informando que os Projectos apresentados se encontram todos aprovados, excepto os licenciamentos para o saneamento, água e luz.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu os parabéns aos Senhores César Raposo e Vítor Raposo pelo Projecto apresentado, referindo que este projecto vai transformar completamente a unidade hoteleira para melhor.

O Senhor César Raposo solicitou a palavra e esclareceu os Senhores Deputados que na área hoteleira existem algumas especificidades que têm de ter em conta, nomeadamente ao nível da comercialização, onde existem graves lacunas. Disse ainda que colaboraram junto de alguns operadores para a promoção do Hotel & SPA de Alfândega da Fé, e constataram que os mesmos queriam ter o Hotel nas suas brochuras. Disse depois que o facto de se verificar que a grande maioria dos clientes não queriam voltar ao Hotel, indiciava que os clientes não ficavam satisfeitos com o serviço. Assim, decidiram entregar, à entrada, uma folha onde os clientes pudessem expor todas as suas expectativas em relação à estadia, e outra folha, à saída, com o grau de satisfação, através das quais concluíram que os clientes ficavam muito impressionados com a beleza das paisagens, mas pouco satisfeitos com o serviço.

Continuou a sua intervenção referindo que, neste estudo, o Hotel & SPA conseguiu 50 pontos numa métrica que vai até 750 pontos, o que é muito pouco. Em termos comparativos, referiu ainda que este mesmo estudo foi aplicado no Hotel Alcazar, tendo este conseguido 650 pontos no grau de satisfação dos clientes. Hoje em dia, disse, a opinião dos clientes que já estiveram alojados nos hotéis, é muito importante e, muitos hotéis, através da internet, convidam os clientes a prestarem os seus comentários e a pontuarem as experiências que tiveram. O que puderam constatar foi que o Hotel & SPA de Alfândega da Fé, em termos de localização e beleza paisagística, era classificado com 9.8 pontos numa métrica até 10.0, contudo, nos outros itens, a classificação era muito baixa, comparativamente com este.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou, depois, o Senhor César Raposo sobre o número de colaboradores que vão necessitar e as mudanças que vão operar para que o Hotel comece a funcionar.

O Senhor César Raposo respondeu, dizendo que esta questão é sempre difícil de responder, mas que, eventualmente, o número de colaboradores irá aumentar com o funcionamento dos novos quarenta e nove quartos e o pavilhão multiusos. Disse ainda que esta questão dos Recursos Humanos e o custo com os funcionários exige muita eficiência e rigor, sendo que o importante é flexibilizar e otimizar os recursos existentes, pois existirão períodos onde os trabalhadores poderão parecer exageradamente mais que suficientes e outros períodos que serão insuficientes.

O Senhor Vítor Raposo explicou, de seguida, aos Senhores Deputados que efectuaram um estudo e verificaram que o número de funcionários existentes no Hotel & SPA era exagerado, tendo em conta o número de quartos e a taxa de ocupação. Com a construção dos novos quartos e do pavilhão multiusos, o número de colaboradores, provavelmente, irá aumentar, sendo importante investir na formação. Disse ainda que na proposta (e a existir esse aumento de colaboradores), estes seriam de Alfândega da Fé.

O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra, comentando que a apresentação realizada demonstra preocupação e empenho pela unidade hoteleira. Disse, ainda, que compreendia este interesse, não só pela experiência, mas pelo investimento a realizar.

Continuou a sua intervenção, questionando os Senhores Vítor e César Raposo sobre uma hipotética intervenção no SPA e a gestão do mesmo espaço, uma vez que é frequente a sua utilização pelos Alfandeguenses.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Depois de ouvidas as explicações comentou que afinal o PSD não geriu mal o Hotel & SPA, quem geriu mal foi o PS.

O Senhor Deputado Luis Terêncio perguntou, ainda, aos Senhores Vítor e César Raposo, tendo em conta o conhecimento já adquirido de toda a unidade hoteleira e de todos os colaboradores do Hotel, se os colaboradores têm as qualificações necessárias para esta actividade de negócios, e se é intenção dos investidores que os Alfandeguenses sejam preferidos nas contratações futuras.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que o importante não é andar constantemente a culpabilizar quem geriu bem e quem geriu mal. O Município, disse, tem de parar de uma vez por todas de querer controlar toda a economia do concelho. É fundamental entregar a gestão deste empreendimento a privados, pois eles percebem desta área, uma vez que ganharam três prémios e principalmente têm dinheiro para investir nas obras necessárias para tornar o empreendimento rentável. Disse ainda que já tinham conhecimento da necessidade de efectuar as remodelações necessárias, mas não havia disponibilidade financeira. Referiu, ainda que, se conseguirem concretizar este negócio, não é só o Executivo que está de parabéns, mas sim todos os intervenientes.

De seguida, o Deputado José Saldanha usou da palavra e perguntou aos Senhores Vítor e César Raposo qual era o tempo máximo estipulado para a realização das obras necessárias ao funcionamento pleno do empreendimento.

O Senhor César Raposo esclareceu que, quando chegou ao Hotel & SPA, verificou que os trabalhadores eram excelentes seres humanos, e razoáveis funcionários, porque nunca tinham sido formados correctamente para serem excelentes funcionários, mas o facto de estar perante excelentes seres humanos, facilita a sua formação e possibilita melhorar as suas qualidades técnicas.

Continuou a sua intervenção dizendo que no turismo do século XXI, uma unidade hoteleira que esteja de costas viradas para a população envolvente, é meio caminho andado para o insucesso. Disse ainda que é sua intenção estar sempre ao lado dos Alfandeguenses.

Posteriormente, o Senhor Vítor Raposo informou os Senhores Deputados Municipais, que elaboraram um relatório relativamente ao SPA e concluíram que, mensalmente, o SPA dá prejuízos. Informou, ainda, que o tempo previsto para a execução das obras é de sete meses, mediante o tempo previsto para a aprovação da venda do empreendimento. Disse depois que é sua intenção realizar essas obras no Inverno, uma vez que é a época baixa na hotelaria.

O Senhor Deputado Luís Terêncio perguntou aos Senhores Vítor e César Raposo como vão alterar a recepção do SPA, tornando-a comum com o Hotel, uma vez que o SPA é propriedade do Município e não da empresa privada.

O Senhor César Raposo respondeu ao Senhor Deputado Luís Terêncio que sabiam que o SPA é propriedade do Município, e que na proposta estavam contempladas essas alterações, tendo estas sido aprovadas pela Câmara Municipal, uma vez que a grande maioria das reclamações dos clientes estavam relacionadas com o facto de terem de sair para o exterior do hotel para irem para o SPA. Disse, ainda, que a empresa assumiria a exploração do SPA e tornar-se-ia responsável pela manutenção e custos do mesmo.

Entretanto, a Senhora Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados que, a existir uma concessão de exploração, em nada impede que a Câmara possa aprovar as obras. Disse ainda que, acima de tudo, o mais importante é a legalização do processo e os interesses do Município, mas esta proposta de ligação interna entre o Hotel e o SPA em nada impede que futuramente a venda do SPA seja posta a concurso. Disse depois que esta ligação não interfere em nada no facto da propriedade continuar a ser do Município.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença dos Senhores Vítor e César Raposo e os esclarecimentos prestados aos Deputados Municipais sobre esta matéria.

1. APROVAÇÃO DO ADITAMENTO AO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRACÇÃO DE UM EMPRESTIMO DE € 1.600.000,00 PARA REFORÇO DO EMPRESTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO EXISTENTE;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por informar os Senhores Deputados Municipais que o Dr. Fonseca Ribeiro irá efectuar a devida apresentação da reformulação do Plano de Saneamento Financeiro. Disse ainda que, como é do conhecimento de todos os Senhores Deputados, o Tribunal de Contas sugeriu que o Município reformulasse o Plano de Saneamento Financeiro por causa da venda do Hotel & SPA a privados e do passivo. Disse, depois, que no Plano de Saneamento Financeiro, estava prevista a venda do Hotel & SPA por um euro, e agora com esta reformulação o Município vende o Hotel & SPA no montante de um milhão e seiscentos e cinquenta mil euros, e assume a totalidade do passivo restante que ronda os oitocentos mil euros.

Continuou, dizendo que neste reforço estão contemplados o passivo a assumir da Alfandegatur, mais umas dívidas que foram detectadas mais tarde após a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro, que rondam os setecentos mil euros.

De seguida, o Dr. Fonseca Ribeiro usou da palavra e, depois de apresentar cumprimentos aos Membros da Assembleia Municipal, iniciou a sua intervenção fazendo uma exposição do Plano de Saneamento Financeiro. Disse, depois, que o passivo do Hotel & SPA era muito superior ao activo, e que a empresa vencedora do concurso só pagaria um milhão e seiscentos mil euros, ficando o resto do passivo ao encargo do Município. Continuou, dizendo que no Plano de Saneamento Financeiro ficou demonstrado exaustivamente que a Empresa Municipal AlfândegaTur dava muitos prejuízos e que a maior preocupação era a salvaguarda dos postos de trabalho. Referiu, depois, que o flagelo do desemprego preocupa toda a gente, contudo defende que se devem ter empresas viáveis em termos económicos. Disse ainda que o Plano tem como único sentido a viabilidade, e a Câmara Municipal tem de apoiar todas as iniciativas e exigir transparência.

Seguidamente, explicou que este aditamento é uma extensão do Plano de Saneamento Financeiro, o que demonstra que o passivo ainda é pagável, ou seja que o Município ainda tem capacidade de pagar esse montante, desde que continue a controlar as suas despesas e maximize os seus proveitos e as receitas.

Continuou a sua explicação, dizendo que está disponível para retirar dúvidas sobre o documento. Disse ainda que o que mais importa realçar, é que o Município não tem capacidade financeira de dispor de um milhão e seiscentos mil euros, nem dos novecentos mil euros do passivo da AlfândegaTur. Este reforço, disse, engloba o passivo assumido pelo Município do Hotel & SPA e de despesas posteriores não detectadas, que aproveitaram para englobar neste pedido.

O Senhor Deputado José Saldanha usou da palavra e perguntou qual o montante que está em causa, uma vez que a página dez do documento faz referência a outras dívidas não relevantes.

O Dr. Fonseca Ribeiro pediu, depois, aos Senhores Deputados que abrissem o documento na página trinta e nove, onde se poderia ler: *“trinta de Abril de dois mil e dez”* data do Plano de Saneamento Financeiro e depois está: *“trinta de Abril de dois mil e dez corrigido”*.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Não é possível tratar as demais intervenções proferidas, dado que no decorrer dos trabalhos verificou-se um corte de energia eléctrica, que danificou os CD's onde estava a ser gravada esta parte da sessão, conforme informação do técnico responsável pela gravação das sessões da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, não registando mais inscrições, colocou o ponto à votação, dos trinta e seis Deputados presentes, tendo sido aprovado, por **maioria**, com vinte votos a favor, zero votos contra e dezasseis abstenções.

Foi aprovado, em minuta, o ponto da ordem de trabalhos, que vai produzir efeito desde imediato.

A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Manuel Adolfo da Rocha Veiga e Costa)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)